

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 119.675 - SP (2019/0319550-1)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : CAIO DE LIMA PAIXAO (PRESO)
ADVOGADO : GILNEY BATISTA DE MELO - SP299638
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por CAIO DE LIMA PAIXÃO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que denegou a ordem visada no *Writ* n. 2203285-22.2019.8.26.0000 para manter a segregação cautelar decretada em seu desfavor nos autos da ação penal em que foi denunciado pela suposta prática do delito previsto no art. 157, *caput*, c/c art. 14, inciso II, do Código Penal.

Nesta via, o recorrente pleiteia, em síntese, a revogação da segregação processual, alegando, para tanto, a fragilidade das provas quanto à imputação criminosa, a ausência de fundamentação idônea do decreto preventivo, bem como dos requisitos autorizadores da prisão preventiva, além de destacar suas condições pessoais favoráveis.

Contra-arrazado o reclamo, os autos ascenderam ao Superior Tribunal de Justiça.

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do recurso.

É o relatório.

O pleito não merece acolhimento.

Isso porque, das informações obtidas na página eletrônica do Tribunal de origem (www.tjsp.jus.br), se verifica que, no dia **25/11/2019**, foi revogada a prisão preventiva do ora recorrente, com a expedição do competente alvará de soltura, circunstância que evidencia a perda do objeto do presente apelo.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julga-se prejudicado** o recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator